



## EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE: desafios estruturais e dinâmicos diante do ERE

Janaina Lopes do Nascimento Duarte<sup>1</sup>

Rocio Tamara Muñoz Aguirre<sup>2</sup>

Ana Marise Dorneles de Oliveira<sup>3</sup>

Juliana Stéfane Carvalho Gomes da Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

A política de educação brasileira é resultado de continuidades e novidades no capitalismo dependente. Os desafios atuais da educação superior são condicionados pelo projeto societário dominante que avança a partir da pandemia do Covid-19 com o Ensino Remoto Emergencial (ERE) no Brasil, repercutindo, particularmente, na formação em Serviço Social. Este texto objetiva problematizar a formação em Serviço Social no capitalismo dependente no Brasil a partir do contexto do Ensino Remoto Emergencial, durante a pandemia, considerando o estímulo do projeto do capital ao descompromisso com a educação superior de qualidade. Foi construído a partir do método histórico dialético, como estratégia teórico-política de enfrentamento da realidade complexa atual no campo educacional. Como resultados, destacam-se: educação no capitalismo dependente como resultado das particularidades da luta de classes no Brasil; pandemia diante do Governo Bolsonaro e suas repercussões para a educação; formação crítica em Serviço Social e os desafios com o Ensino Remoto Emergencial.

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente. Educação na Pandemia do Covid-19. Formação em Serviço Social.

### ABSTRACT

The Brazilian education policy is the result of continuities and innovations in dependent capitalism. The current challenges of higher education are conditioned by the dominant societal project that has advanced since the Covid-19 pandemic with Emergency Remote Teaching (ERT) in Brazil, with repercussions, particularly, on the graduation in Social Work. This text aims to problematize the graduation in Social Work in dependent capitalism in Brazil from the context of ERT, during the pandemic, considering the stimulus of the

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UNB). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Pesquisadora Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC. (UnB). E-mail: [janaduarte@unb.br](mailto:janaduarte@unb.br)

<sup>2</sup> Doutoranda em Política Social (UNB). Mestre em Serviço Social (UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC. (UnB). E-mail: [rtamarama@gmail.com](mailto:rtamarama@gmail.com)

<sup>3</sup> Discente da graduação em Serviço Social (UNB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC. (UnB). E-mail: [anadorneles189@gmail.com](mailto:anadorneles189@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduação em Serviço Social (UNB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC. (UnB). E-mail: [juhstefane42@gmail.com](mailto:juhstefane42@gmail.com)

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

capital project to the lack of commitment to quality higher education. It was built from the historical-dialectical method, as a theoretical-political strategy to face the current complex reality in the educational field. As results, the following stand out: education in dependent capitalism as a result of the particularities of the class struggle in Brazil; pandemic before the Bolsonaro government and its repercussions for education; critical graduation in Social Work and the challenges with ERT.

**Key-words:** Dependent Capitalism. Education in the Covid-19 Pandemic. Graduation in Social Work.

## 1 INTRODUÇÃO

A política de educação brasileira é resultado de um longo processo de continuidades e novidades diante de determinantes estruturantes e dinâmicos no capitalismo dependente, marcados por uma herança sócio histórica que combina ausência de direção/autonomia nacional diante da relação de dependência, controle de fora, parceria de dentro pelas elites locais, desigualdade de acesso e permanência na perspectiva do direito social, em todos os níveis educacionais. Os desafios da educação superior brasileira são históricos e dinâmicos, porque se reconfiguram ao sabor dos interesses associados de burguesias hegemônicas e locais no capitalismo dependente, caracterizando-se, na atualidade, como parte de um projeto societário dominante que avança com novas características na conjuntura recente da pandemia do Covid-19, repercutindo na formação profissional qualificada de Assistentes Sociais.

Diante das ameaças contemporâneas com o Ensino Remoto Emergencial (ERE) no período pandêmico e das ações regressivas e obscurantistas do Governo Bolsonaro, este artigo objetiva problematizar a formação em Serviço Social no capitalismo dependente em território brasileiro, a partir do contexto do ERE durante a pandemia, considerando o estímulo do projeto do capital ao descompromisso com a educação superior de qualidade. As reflexões aqui contidas resultam de pesquisas coletivas realizadas em Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq e localizado em uma universidade federal brasileira, o que indica a relevância e a necessidade de adensamento da luta pela educação pública e de qualidade. O texto é construído a partir do método histórico dialético, considerando elementos estruturais e dinâmicos

PROMOÇÃO



APOIO



que explicam dialeticamente a relação entre educação no capitalismo dependente e a formação em Serviço Social no Brasil, como estratégia teórico-política de elucidação interpretativa crítica sobre o tema, a fim de descortinar as tendências atuais para a educação superior e as ameaças em curso ao projeto de formação profissional crítico dos/as Assistentes Sociais brasileiros/as. Organizado em 03 partes: a) a educação no capitalismo dependente a partir da lógica da dependência, em sua totalidade, que marca a formação social e histórica brasileira, especialmente quanto à dinâmica da luta de classes; b) a pandemia do Covid-19 situada no Governo de Jair Bolsonaro e suas repercussões para o campo educacional; c) a formação em Serviço Social, sua direção crítica, os desafios com o ERE e as orientações das entidades da categoria como formas de resistência e defesa de uma formação qualificada no Brasil. Diante da perspectiva da interação dialética entre aspectos universais, particulares e singulares como munição para a resistência na atualidade, nas considerações finais destacam-se a luta permanente pelo projeto de educação da classe trabalhadora e a formação qualificada em Serviço Social como parte deste projeto.

## 2 EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: particularidades e padrão dependente educacional no Brasil

O capitalismo que se desenvolveu na América Latina, e em particular no Brasil, tem suas raízes na crise do antigo sistema colonial, do qual extrai seus “dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional das sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado” (FERNANDES, 1972, p. 45). Reproduz formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno, no âmbito da circulação das mercadorias e da organização da produção, incluindo um componente específico e típico que faz com que a acumulação de capital se institucionalize e promova a expansão dos núcleos hegemônicos, tanto externos quanto internos. Ao que Fernandes (1972, p.45) afirma corresponder à redução permanente das riquezas ou, conforme suas palavras, à “*espoliação que se monta de fora para dentro*”, segundo mecanismos de sobre-

apropriação e sobre-expropriação capitalistas que ocorrem à custa dos setores assalariados e destituídos da classe trabalhadora, privilegiando e maximizando a acumulação dual (externa e interna) e a apropriação repartida do excedente econômico nacional.

A dependência, para Fernandes (1972, p. 54), “*não é uma mera condição ou acidente*”, não é apenas econômica, é também uma dependência social e cultural. As articulações dos dinamismos econômicos externos e internos determinam uma “permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro polo” (interno ou local) (FERNANDES, 1972, p. 54). Os parceiros internos se empenham em garantir as condições necessárias para a viabilização desta dupla dominação, interna e externa, vista como meio para garantir também seus próprios fins locais. Isto ocorre por entender (burguesia local) que, ao oportunizar esta lógica, estão tornando o processo mais lucrativo, rápido e seguro, ao privilegiar as vantagens do polo dinâmico mais forte, podem também se realizar através dele. A junção destes mecanismos externos e internos cria uma realidade econômica que só apresenta variações na forma de se reproduzir através de novas condições ou de novas combinações. De tal forma que o desenvolvimento capitalista dependente promove uma intensificação das relações de dependência, em sua totalidade, e uma redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento (FERNANDES, 1972). Fernandes (1972) explica que o subdesenvolvimento no capitalismo dependente articula o arcaico ao moderno, ou seja, o que parece arcaico é atualizado e serve de suporte para o moderno, em que o moderno parece perder essa característica, revitalizando-se, mesclando formas que “[...] encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas” (FERNANDES, 1972, p. 62). E, isto ocorre em todos os âmbitos da vida em sociedade, gerando padrões de subdesenvolvimento sócio, político, econômico e também cultural.

É fundamental compreender os traços da articulação arcaico e moderno no singular trato das políticas públicas e sociais diante do enfrentamento das desigualdades, dentro dos limites do capitalismo dependente, constituído a partir das contrarreformas do Estado na contemporaneidade, que vão de encontro aos interesses da dominação externa, em articulação com sua parceria interna. Este

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

movimento de ir à essência, aos fundamentos do capitalismo dependente, é essencial para a análise da educação superior no Brasil. Isto porque, segundo Soares e Burginski (2021, p. 09):

quando uma formação social é dependente se materializam a emergência e a potencialização da intervenção estatal como fatores decisivos de estímulo e valorização do capital em detrimento da economia política do trabalho. Assim, os Estados dependentes se constituem estruturalmente como elo importante, mas subordinados à reprodução do capital em escala mundial, o que lhes conferem função peculiar.

Um Estado determinado pela reprodução do capital de modo dependente também espria suas ações para a área da educação, em particular, para a educação superior como área estratégica de desenvolvimento, ou melhor, de manutenção do subdesenvolvimento e da dependência, contribuindo para a delimitação de um padrão dependente educacional. Assim, ao se referir à universidade, Fernandes (1975, p.84) destaca que por estar “*estrutural e dinamicamente vinculada à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente, concorria para estabelecer e expandir os nexos da dependência ao nível da educação e da cultura*”. Portanto, a universidade e a política de educação superior instituídas no Brasil dependente se constituem por meio de uma “determinação a partir de fora”, como parte do fluxo de relações de dependência, “que tende a ser controlado e gradualmente determinado a partir de dentro” (FERNANDES, 1975, p. 85). Nestes termos, a dependência educacional à brasileira, segundo Duarte (2020, p. 83) manifesta-se, especialmente a partir de meados da década de 1990, por meio.

a) da ampliação da privatização da educação superior, com expansão as instituições privadas e com a privatização interna das universidades públicas, em especial com as parcerias público e privado; b) o processo de desmonte do setor público, sem investimentos há décadas, com o comprometimento da sua autonomia; c) o ajuste da produção intelectual da universidade pública [...] aos interesses privados nacionais e internacionais.

É o que ainda se identifica na atualidade, de forma mais contundente principalmente com a pandemia do Covid-19, com descaso total no campo educacional, precisamente na educação superior. A luz da obra florestaniana e dos

PROMOÇÃO

APOIO





estudos coletivos já realizados em nosso grupo de pesquisas, é possível refletir que não há um projeto de nação para a educação brasileira, e muito menos para a totalidade do país, pois a burguesia local busca “novas articulações sob o amparo do projeto neoliberal, promovendo arranjos e rearranjos na hegemonia burguesa local em associação com a hegemônica, em prol dos seus interesses privatistas também na educação” (DUARTE, 2020, p. 90), perpetuando a lógica do padrão dependente educacional no Brasil, especialmente em tempos pandêmicos.

### 3 PANDEMIA DO COVID 19 E EDUCAÇÃO: a dimensão dos retrocessos no Governo Bolsonaro

A pandemia da COVID 19 explicitou no mundo a crise orgânica do capital, de modo que, sobretudo, nos países de capitalismo dependente a classe trabalhadora vivenciou de forma mais intensa as desigualdades inerentes ao atual modo de produção e reprodução social. Assim, a miséria, a fome, a violência, o desemprego dentre outras expressões da questão social foram ampla e intensamente vivenciados pela classe trabalhadora durante esse período (OLIVEIRA, 2023). No Brasil, essa realidade foi agravada com mais intensidade pela gestão do Governo Federal de Jair Messias Bolsonaro, o qual minimizou os efeitos do vírus e da pandemia, desincentivou a vacinação e difundiu diversas informações falsas que contribuíram com a propagação do novo coronavírus e com o apuramento de mais de 600 mil óbitos (OLIVEIRA, 2023). O exemplo do descaso, com o qual o então chefe de Estado conduziu a pandemia, é possível citar inúmeras falas em entrevistas, lives etc. Como quando questionado acerca do número alarmante de mortes, afirmou: “*E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre*” (GARCIA; GOMES; VIANA, online, 2020). Tal exposição evidencia o descompromisso do governo, em sua totalidade, com o enfrentamento da pandemia, e particularmente no campo educacional. A educação passou por mudanças que a fizeram caminhar na direção contrária à sua democratização. As oportunidades educacionais se tornaram mais restritas, sobretudo, no que se refere aos grupos mais pauperizados e historicamente marginalizados, pois tanto o acesso quanto à permanência nas instituições educacionais foram prejudicados.

Isto porque com a necessidade de distanciamento social, as aulas presenciais tiveram de ser interrompidas nos mais variados espaços educacionais como creches, escolas, universidades, faculdades, etc. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 30/04/2020 o parecer 05/2020, de forma a elaborar orientações às escolas e universidades e possibilitar a validação de atividades não presenciais (mediadas ou não por tecnologias) para fins de cumprimento de carga horária em razão da Pandemia da COVID-19 (CNE, 2020). O documento coloca que ao elaborar novos calendários para o período

É necessário considerar propostas que não aumentem a desigualdade, ao mesmo tempo em que utilizem a oportunidade trazida por novas tecnologias digitais de informação e comunicação para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado, implementando propostas para seu enfrentamento (CNE, 2020, p. 03).

Entretanto, ocorre justamente o oposto, o ensino remoto emergencial (ERE) por plataformas digitais foi massivamente implementado sem que se assegurassem as condições necessárias para que estudantes e educadores pudessem acessar e utilizar essas ferramentas. As condições de vida dos estudantes foram alteradas durante a pandemia, a pauperização, o desemprego, a sobrecarga de atividades domésticas (principalmente, as meninas e mulheres), a falta de acesso a tecnologias e à internet de qualidade, a pobreza e a fome se intensificaram, somados à preocupação diária de contaminação com um vírus altamente transmissível (OLIVEIRA, 2023). Pode-se afirmar que todas essas questões objetivas foram negligenciadas no momento que o ERE foi (im)posto na realidade dependente brasileira. As desigualdades educacionais se acentuaram ao mesmo tempo em que se fortaleceu o projeto de educação do capital, o qual nos países de capitalismo dependente coloca a educação como formação de mão de obra minimamente qualificada; portanto, como um serviço a ser negociado no lucrativo mercado educacional e como um privilégio destinado à classe burguesa e aos seus filhos (LIMA, 2019), muito distante da localização da educação como direito social.

Cabe destacar a atuação do governo Bolsonaro em sintonia com o projeto do capital, por exemplo, vetou inicialmente o Projeto de Lei 3477 que previa a garantia de acesso à internet para professores e alunos da educação básica pública;

PROMOÇÃO

APOIO





posteriormente, o veto foi derrubado e a lei foi promulgada (OLIVEIRA, 2021a). Realizou cortes orçamentários na educação nos anos de 2020 e 2021 (CASADO, 2022), o que dificultou ações de combate às desigualdades educacionais na pandemia, além de prejudicar pesquisas e projetos de extensão em universidades (OLIVEIRA, 2021b). Tudo isso demonstra o seu compromisso em tornar a educação excludente, favorecer o obscurantismo e atacar a ciência. Cabe lembrar que o governo Bolsonaro realizou diversas agressões explícitas contra as universidades brasileiras e contra a comunidade acadêmica, em adição às numerosas trocas e substituições de ministros da educação e de programas como o “Future-se”, o qual representa um modelo de financiamento privado e de gestão empresarial da educação (IRINEU, 2022).

Diante do exposto é possível apreender parte dos retrocessos realizados durante o governo Bolsonaro no que tange a educação, de forma a demonstrar prejuízos ao acesso às oportunidades educacionais, à permanência nesses espaços e também à formação de qualidade, elementos fundamentais para os processos de luta da classe trabalhadora. Não obstante, também é evidente que teve resistência por parte dos profissionais, estudantes e trabalhadores em geral, e o Serviço Social não se negou a resistir coletivamente diante deste contexto.

#### 4 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS COM O ERE: ameaças ao projeto de formação crítica em solo brasileiro

O Serviço Social é uma profissão inserida no capitalismo e que atua na intervenção da questão social, sua trajetória perpassa vários marcos, uma gênese de atuação conservadora a ruptura com o conservadorismo, o alinhamento de interesse com a classe trabalhadora a partir da construção do projeto ético-político profissional (YASBEK, 2009). Assim, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, a formação profissional do/a Assistente Social é direcionada para a constituição de um perfil, voltado para um

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e



movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com apacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999).

Vale lembrar que as entidades organizativas do Serviço Social, ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO<sup>5</sup> se constituem como entidades coletivas que orientam profissionais e estudantes, a partir do projeto ético-político, na luta por direitos sociais e pela formação e trabalho profissionais comprometidos com valores éticos e democráticos. Entretanto, isto não quer dizer que a profissão não tenha desafios: os desmontes ocasionados pelas medidas neoliberais contemporâneas, veiculadas por governos diversos (FHC, petistas, Temer, Bolsonaro, em dimensões distintas e complexas), afetando a lógica, estrutura e dinâmica das políticas sociais, e ainda a grave novidade do contexto pandêmico, interferiram e interferem direta e particularmente na formação profissional qualificada. A pandemia trouxe dinâmicas sociais complexas que afetaram (e ainda continuam afetando, com desdobramos em processo) diretamente o perfil profissional da ABEPSS e a qualidade da formação em Serviço Social em que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) se caracteriza como mais um desmonte da educação (SILVA, 2021). Dessa forma, é necessário destacar desafios deste período para a formação qualificada, especialmente a partir de alguns documentos de resistência coletiva que funcionaram como instrumentos orientadores da profissão (articulando formação e trabalho profissional) construídos entre 2020 e 2021 – durante a pandemia da Covid-19.

A ABEPSS em 19/03/2020 publicou a nota intitulada “Os Impactos da pandemia da covid-19 (coronavírus) e as medidas para a Educação” (ABEPSS, 2020), destacando a posição da entidade em relação ao modelo de ensino remoto proposto por meio da portaria MEC nº 343 (17/03/2020), desconsiderando: o acesso da população à internet; o estado de calamidade pública; e as dimensões sociais e políticas da realidade brasileira (ABEPSS, 2020). No início da pandemia no Brasil, a ABEPSS demonstra a sua preocupação com essa portaria, pois com a substituição

<sup>5</sup>Aqui a referência são as entidades: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e também a Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social no Brasil (ENESSO).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



das aulas presenciais em aulas por meios digitais, não levava em consideração a dinâmica cotidiana da vida dos docentes e discentes, o acesso à internet e aos equipamentos (computadores), a dimensão social, de moradia, pedagógica e de saúde mental e física imposta pela pandemia (ABEPSS, CFESS/CRESS-RJ; ENESSO, 2020). A resistência coletiva da ABEPSS (2020), naquele momento, era em defesa da vida e da preservação da formação qualificada.

Nesse momento, defendemos que nenhum docente, pesquisador ou estudante de Serviço Social deve ser coagido a realizar atividades acadêmicas, sejam elas presenciais ou à distância. É momento de colocar como prioridade as ações preventivas de Saúde, evitando mais mortes, reconstruindo os vínculos solidários e coletivos de uma sociedade fraturada – bem antes pelos interesses do grande capital, do que pelo novo coronavírus (COVID-19) (ABEPSS, 2020, *online*).

A ABEPSS alertou sobre a intensificação e precarização do trabalho docente e as condições efetivas que docentes e alunos das IES tiveram que realizar uma formação qualificada, além da questão da privacidade de dados com a utilização do remoto. É crucial destacar que o ERE não se consistiu apenas em uma medida restritiva em favor da saúde, na verdade, caracterizou-se como mais um ataque à educação superior de qualidade, em sua totalidade, com explícito incentivo ao setor privado, tudo isso estando vinculado ao projeto de educação da classe dominante. Farage (2021, p. 55, grifos nossos) aprofunda o debate sobre o ERE e explica que

O ensino remoto emergencial deve ser compreendido como *um dos elementos do processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil e em toda a América Latina*. Não só porque impulsiona um novo modelo de educação, que nem pode ser considerado educação a distância, como regulamentada no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, mas também porque é fruto de uma modalidade de trabalho docente adequado ao processo de reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho que esvazia o sentido do fazer profissional dos professores universitários.

Por conta da duração longa da pandemia e diante das medidas negacionistas do governo Bolsonaro (2019-2022) no Brasil, neste período, o que parecia emergencial e de curta duração, fez com que as universidades e instituições de ensino superior tivessem que retomar as aulas de modo remoto, de modo precário e sem diálogo coletivo e, principalmente, sem prezar pela qualidade da formação. Em

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

nota coletiva das entidades ABEPSS, CRESS-RJ e ENESSO (2020) a preocupação geral foi com as condições de trabalho e vida dos professores e estudantes, em que: discentes e docentes, muitas vezes, viviam em ambientes inadequados para a realização de atividades acadêmicas, mesclando estudo/trabalho com vida privada; a diversidade de demandas acumuladas diante do isolamento social familiar (cuidados com familiares adoecidos ou não, filhos, afazeres domésticos, etc.); os períodos de exposição a telas de computador ocasionando exaustão e esgotamento mental; adoecimentos diversos; intensificada e precarizada jornada de trabalho dos docentes, sem apoio objetivo e pedagógico; além da certa ausência de familiarização com as tecnologias de informação e comunicação, necessitando de ampla capacitação. A reflexão crítica das entidades organizativas do Serviço Social é que o ERE impactou de forma contundente à vida e à formação/educação no Brasil, precarizando trabalhos, acarretando adoecimentos e, sobretudo, exigindo que, além de lidar com as consequências da pandemia da covid-19, os sujeitos teriam que se manter produtivos academicamente.

A publicação da ABEPSS (2021), intitulada “*A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial*”, realizou um mapeamento das condições objetivas do ERE em 97 unidades de ensino superior (49 públicas e 38 privadas), durante fevereiro a março de 2021. Alguns dos principais desafios levantados foram: a imposição do ensino remoto, sem debate e preparação da comunidade acadêmica; a desigualdade de acesso de docentes e discentes às plataformas e à *internet*; a falta de familiarização dos processos tecnológicos; a baixa participação e aprendizado dos discentes (SILVA, 2021). Outro destaque preocupante foi acerca dos estágios supervisionados em Serviço Social, pois no período pandêmico ocorreu que muitos estágios retornaram de modo remoto, comprometendo sua efetivação pedagógica com qualidade. Neste contexto, o CFESS, por meio da nota “*Supervisão de Estágio em Tempo de Pandemia: Reflexões e orientações políticos-normativas*”, embora tenha ressaltado que a adesão ao formato à distância para os estágios foi uma medida necessária de segurança sanitária, reafirmou que essa foi uma decisão excepcional e que a defesa em torno da formação profissional presencial e de qualidade continua como pauta fundamental (CFESS, 2021). É importante registrar que, conforme dados da ABEPSS (2021), 62,9% das IES continuaram a ofertar o





estágio obrigatório e não-obrigatório durante o ERE, muitos sem condições mínimas de realização: sem supervisão acadêmica e/ou de campo e realizados de modo online, comprometendo o debate coletivo e crítico e até mesmo o sigilo profissional (ABEPSS,2021).

O Ensino Remoto Emergencial trouxe muitos desafios e prejuízos à formação profissional, seja nas instituições de ensino, como nos estágios supervisionados, no trabalho e na vida de docentes e discentes, e que o ERE não pode ser considerado como modalidade de fato de educação (SILVA, 2021). O trabalho docente, a relação ensino-aprendizagem e a totalidade da formação profissional, especialmente em Serviço Social, tiveram complexos desdobramentos com o ERE no Brasil, país dependente de históricas e frágeis dificuldades educacionais. A repercussão deste contexto cabe destacar que ainda estão em processo e precisam continuar a ser estudadas com compromisso e de forma crítica, a fim de servir de munição para a construção coletiva de estratégias que possam enfrentar tais repercussões e desafios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso construído até aqui, longe de esgotar o debate, teve como pressuposto que, para enfrentar os desafios atuais na educação superior, especialmente sob os determinantes agressivos do período pandêmico localizado no Governo Bolsonaro e determinando principalmente com a imposição do ERE, é preciso partir do entendimento radicalmente crítico da realidade brasileira, mas pela ótica da classe trabalhadora e, neste sentido, a obra de Florestan Fernandes continua sendo indispensável. Recuperar e reconhecer os determinantes da estrutura do desenvolvimento capitalista dependente e do dependente educacional no Brasil deve se constituir como tarefa permanente, urgente e coletiva, diante da necessidade de enfrentamento das questões regressivas objetivas de vida, trabalho e educacionais no país. Nunca é demais lembrar que as desigualdades extremadas, típicas dos países de capitalismo dependente, acentuaram-se durante o período pandêmico, de forma que o agravamento das expressões da questão social

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

foi ainda mais vivenciado pela classe trabalhadora, e a educação se inclui neste contexto.

Apesar dos imensos desafios enfrentados durante a pandemia, as entidades organizativas do Serviço Social não se afastaram da realização da crítica e dos seus compromissos ético-políticos relativos à qualidade tanto do trabalho profissional quanto da formação profissional, e continuaram orientando profissionais e estudantes com empenho e densidade, sem perder de vista as questões e dificuldades do tempo presente. Como formação e trabalho compõem uma unidade dialética, é relevante destacar que o trabalho dos Assistentes Sociais na educação se faz necessário, especialmente no contexto de retorno ao presencial, uma vez que tais profissionais podem contribuir com o enfrentamento de diversas e atuais expressões da questão social e, conseqüentemente, com uma maior democratização da educação. É fundamental a “universalização das oportunidades educacionais” (DUARTE, 2020, p. 84), em todos os seus níveis (básica e superior).

Para tanto, é fulcral que estes profissionais não incorram na mera reprodução do capital, o que exige acesso a uma educação crítica e de qualidade, além de requerer sintonia com o projeto ético-político da profissão, seguindo as orientações elaboradas de forma coletiva pelas entidades organizativas do Serviço Social. Pensar a formação profissional para além dos desígnios do mercado, mas que forme intelectuais que pensem com autonomia para construir respostas profissionais com criatividade, densas de conteúdos críticos e reflexivos, confirma-se como um desafio que se apresenta no horizonte das lutas das classes trabalhadoras e que deve estar circunscrita substancialmente à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. ***A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial.*** Brasília: ABEPSS, 2021.

ABEPSS. ***Nota da ABEPSS: Os impactos da pandemia da Covid-19 (coronavírus) e as medidas para a Educação.*** Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrnotacovid19-361>> Acesso em: 01/05/2023.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1999.

ABEPSS; CFESS/CRESS-RJ; e ENESSO. **Trabalho e Ensino Remoto Emergencial**. Brasília: ABEPSS; CFESS/CRESS-RJ; ENESSO, 2020, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/trabalho-e-ensino-remoto-emergencial-386>> Acesso em: 01/05/2023.

BRASIL/MEC. **Portaria nº 343, de 17/03/2020**. Gabinete do Ministro da Educação. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm) Acesso em: 08/05/2023.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (org). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

CASADO, José. Na pandemia, cortes de 79% na Saúde e de até 85% na Educação. In: **VEJA**. 14 de abril de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/na-pandemia-cortes-de-79-na-saude-e-de-ate-85-na-educacao/> Acesso em: 09/05/2023.

CFESS. **Supervisão de Estágio em Tempo de Pandemia: Reflexões e orientações político-normativas**. Brasília: CFESS, 2021, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2021/03/SUPER>> Acesso em: 09/04/2023.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE n. 05/2020, aprovado em 04 de maio de 2020**. Disponível em: <[https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP\\_5\\_2020-1-HOMOLOGADO.pdf](https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020-1-HOMOLOGADO.pdf)> Acesso em 06/05/2023.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Amanda. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. In: **G1**. Brasília, 28 de Abril de 2020. Brasília, 2020.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>

Acesso em: 04/05/2023.

IRINEU, Bianca Stéfani Alexandre. **Assistência estudantil e permanência na Universidade Federal de Goiás (UFG) em tempos de calamidade sanitária de COVID-19.** (Dissertação de Mestrado). Brasília/DF: Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília, 2022.

LIMA, Katia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. In: **Revista Universidade e Sociedade.** Ano XXIX. Edição Especial América Latina - out./2019. Brasília: ANDES/SN, p. 8-39. Disponível em: [https://www.andes.org.br/sites/universidade\\_e\\_sociedade](https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade) Acesso em 02 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Ana Marise Dorneles de. **Desafios para a implementação da Lei 13935/2019 no DF: uma breve análise da educação básica no Distrito Federal entre 2019 e 2022.** (Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social). Brasília/DF: Departamento de Serviço Social/Universidade de Brasília, 2023.

OLIVEIRA, Elida. Veto de Bolsonaro derrubado: lei de internet gratuita a alunos e professores tenta aliviar defasagem da escola pública no mundo digital. In: **G1.** 07 de Junho de 2021. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/07/veto-de-bolsonaro-derrubado-lei-de-internet-gratuita-a-alunos-e-professores-tenta-aliviar-defasagem-da-escola-publica-no-mundo-digital.ghtml> Acesso em: 09/05/2023.

OLIVEIRA, Elida. Cortes no orçamento de universidades federais poderão afetar mais de 70 mil pesquisas. In: **G1.** 31 de maio de 2021. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/31/cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-podera-impactar-em-mais-de-70-mil-pesquisas-relacionadas-a-pandemia.ghtml> Acesso em: 09/05/2023.

SILVA, Juliana Stéfane Carvalho Gomes da. **O Serviço Social e a Pandemia da Covid-19: a importância das entidades organizativas na orientação da categoria profissional** (Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social). Brasília/DF: Departamento de Serviço Social/Universidade de Brasília, 2021.

SOARES, Raí Soares; BURGINSKI, Vanda Michele. Estado e Política Social no Capitalismo Dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. In: **Revista Humanidades e Inovação.** V.8, n. 39. Palmas: Unitins, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5730> Acesso em: 10/05/2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília/DF: CFESS e ABEPSS, 2009, p. 125-143.

PROMOÇÃO



APOIO